

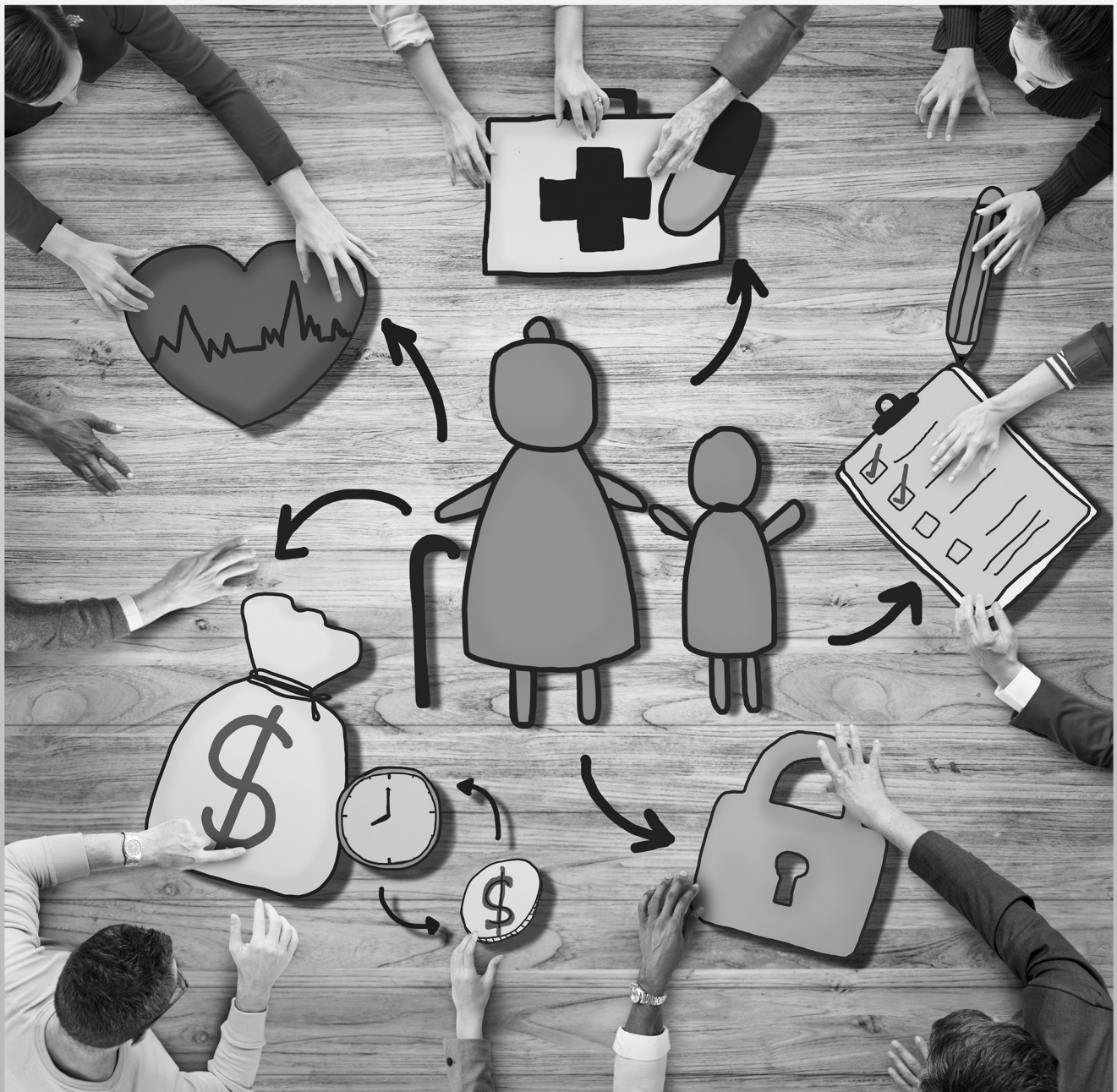


Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Processos de subjetivação no
serviço social**
5

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de subjetivação no serviço social 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-230-2 DOI 10.22533/at.ed.302202907</p> <p>1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA: ELEMENTOS E GÊNESE DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NA EUROPA	
Taiane Macêdo Silva Adriana Freire Pereira Ferriz Emanuel Luiz Pereira da Silva Vanessa Carla Borges de Lima Thaúanna Gomes Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3022029071	
CAPÍTULO 2	7
SANEAMENTO BÁSICO: FATORES HISTÓRICOS E DESIGUALDADES PERSISTENTES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Andressa Caroline de Lima Giovana Galvan Marli Renate von Borstel Roesler	
DOI 10.22533/at.ed.3022029072	
CAPÍTULO 3	19
A SOBREVIVÊNCIA NO URBANO: OS ARTESÃOS NA FEIRINHA DA PRAIA GRANDE DE SÃO LUÍS	
Rayssa Cordeiro Silva Carvalho Rocha Alanna Larissa Aragão Teles Giovanna de Abreu Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.3022029073	
CAPÍTULO 4	28
O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DO <i>JORNAL DA PERIFERIA</i>	
Rozinaldo Antonio Miani	
DOI 10.22533/at.ed.3022029074	
CAPÍTULO 5	39
JARDIM GRAMACHO: TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL	
Valéria Pereira Bastos Mariana Andrade Lobo Silva Raphaella Ximenes Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3022029075	
CAPÍTULO 6	52
REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DO CORPO NEGRO REFUGIADO NO BRASIL	
Mayara Castro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3022029076	
CAPÍTULO 7	61
CONTROLE SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO PAPEL DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
Renata Antônia de Souza Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.3022029077	

CAPÍTULO 8	72
BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS, E DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO FERNANDO-RN	
Francisco das Chagas dos Santos Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3022029078	
CAPÍTULO 9	84
CONCEITO DE REFÚGIO E AMPARO LEGAL: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES	
Carla Juliana Biesdorf	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.3022029079	
CAPÍTULO 10	95
A INSERÇÃO DOS REFUGIADOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM DEBATE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INGRESSO	
Carla Juliana Biesdorf	
Fabio Jardel Gaviragui	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.30220290710	
CAPÍTULO 11	107
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM DEBATE	
Giuliana Barbosa da Rocha	
Maria de Lourdes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30220290711	
CAPÍTULO 12	120
POPULAÇÃO NEGRA E RACISMO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E SUBALTERNIZAÇÃO	
Kíssia Wendy Silva de Sousa	
Luciana Batista de Oliveira Cantalice	
DOI 10.22533/at.ed.30220290712	
CAPÍTULO 13	128
OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DA SEXUALIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Jocy Helena da Costa Pantoja	
Mayara Alves Azevedo	
Luiza Silva Favacho	
Marcela Martins Maia	
DOI 10.22533/at.ed.30220290713	
CAPÍTULO 14	136
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC) NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONTROLE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR	
Bruna Eloise Souza Vettor	
Juliana Moura dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290714	

CAPÍTULO 15	148
SEGURIDADE SOCIAL E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO: A REFORMA ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO	
João Paulo Zanin Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.30220290715	
CAPÍTULO 16	158
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS	
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.30220290716	
CAPÍTULO 17	170
A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA TRABALHO NO DEBATE COM USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Vera Suzart Barbosa	
Francilene Gomes Fernandes	
Priscila Beralda Moreira de Oliveira	
Calvin Batista Campos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290717	
CAPÍTULO 18	178
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Juliana Castro Torres	
Paula Martins da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30220290718	
CAPÍTULO 19	190
O ACESSO E A ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFRN	
Lenita Maria dos Santos Fernandes	
Cintia Paixão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.30220290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	200
ÍNDICE REMISSIVO	201

REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DO CORPO NEGRO REFUGIADO NO BRASIL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 17/04/2020

Mayara Castro de Souza

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania

Brasília - Distrito Federal

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9129423720639447>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir os reflexos da questão social como motivadores de saída, entrada e consequências para o corpo negro de refugiados e imigrantes no Brasil, bem como os processos, rumos e caminhos percorridos acompanhados de racismo e xenofobia.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social. Refúgio. Negro. Xenofobia. Racismo.

REFLECTIONS ON THE DISPLACEMENT OF THE REFUGEE BLACK BODY IN BRAZIL

ABSTRACT: This article has as its theme the reflexes of the social question as motivators of exit, entry and consequences for the black body of refugees and immigrants in Brazil, as well as

the processes, paths and paths followed along with racism and xenophobia.

KEYWORDS: Social Issues. Refuge. Black. Xenophobia. Racism

1 | INTRODUÇÃO

Mudar-se de um lado para outro sempre aconteceu naturalmente, é normal que as pessoas se interessem por outro local por curiosidade passageira ou de forma permanente, porém, existem motivos que obrigam que a pessoa ou grupos de indivíduos evadam de seu local de origem.

A razão que causa a saída do local de moradia se resulta pelas contradições da questão social, aqui entendida como expressões da questão social a qual é fruto da relação entre capital e trabalho, que é contraditória e se expressou no processo de industrialização e pelas condições da classe trabalhadora inserida no processo de exploração. De acordo com Potyara:

É um desafio histórico-estrutural, que resulta das contradições concretas entre capital e trabalho, a partir do moderno processo de industrialização capitalista, tendo como determinantes indissociáveis: (a) o empobrecimento agudo da classe trabalhadora (produzido pelo peculiar modo de exploração burguesa); (b) a consciência dessa classe de sua condição de exploração; (c) a luta política desencadeada por essa classe contra os seus opressores a partir dessa consciência (POTYARA, 2004, p. 115).

A contradição entre trabalho e capital se agudizou e assim surgiram novas expressões desta mesma contradição, por exemplo, hoje trabalhadores se encontram em condições desumanas no trabalho e produzem o que muitas vezes não conseguem adquirir para si mesmo.

As novas tecnologias afastaram quem não possui especializações, os salários são baixos para carga de horário e atribuições impostas, essas razões são por diversas vezes motivos de saída e também condições de chegada.

Existem diversos tipos de migrações, sendo elas: a emigração é quando o indivíduo muda de seu país para residir em outro e a imigração é quando o indivíduo muda de forma permanente para outro país.

Existem também as migrações internas que se dividem em cinco tipos e ocorrem dentro do país, é chamada de êxodo rural, quando há um deslocamento de pessoas da zona rural para área urbana, migração urbano- urbana quando pessoas mudam de uma cidade para outra, migração pendular é quando os indivíduos saem de sua cidade de morada para trabalhar em outra e migração sazonal, quando as pessoas saem por curto período de sua cidade de morada/origem.

Neste artigo teremos reflexões sobre a condição de refugiados e imigrantes. Refugiados são os quais tiveram deslocamento forçado ou fugiram por questões de perseguições ou guerras, já o imigrante sai do país por questões não graves, por estudos, trabalho, por viagens, casos que não foram forçados à saída do país de origem.

2 | PONTO FINAL?

A chegada em outro país nem sempre é fácil, existe uma “recepção” para saber se a pessoa recém-chegada é considerada imigrante ou refugiada. De acordo com Manegoti e Ichikawa, p. 327, no Brasil “o governo brasileiro aderiu, através de Tratados e Convenções, ao esforço da ordem internacional em busca da efetiva proteção da pessoa humana”. Sendo assim:

No ordenamento brasileiro: para que determinados migrantes fiquem na condição jurídica de refugiados, a qual lhes enseja a aplicação de um conjunto de regras singulares, apresenta-se compulsória sua submissão a certo processo, pelo qual reconhecido, ou não, seu enquadramento legal às normas atinentes. Tal procedimento é sustentado pela Lei nº: 9474/97, bem como pelos normativos dos órgãos competentes, notadamente o CONARE (MANEGOTI; ICHIKAWA, 2014, p. 327, 328).

Existem critérios para ter o status de refugiado, de acordo com Lyra, 2007, p. 113

“motivos previstos internacionalmente que assegurem o refúgio: raça, a nacionalidade, a opinião política, a religião e o pertencimento a um grupo social.”

O Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE emite um protocolo de permanência provisória que o solicitante recebe para que possa ter o acesso aos serviços públicos, ao documento de identidade, carteira de trabalho e Cadastro de pessoas Físicas – CPF.

Mas, o documento emitido pelo Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE é falho e na maioria das vezes não é reconhecido pelos órgãos públicos, o funcionário do órgão procurado que decide se é um documento válido ou não, logo quase nunca o protocolo é aceito, para além não existe uma articulação entre os serviços públicos para tal reconhecimento.

De acordo com o relatório “Refúgio em Números”, o Brasil no ano de 2017 houve um acumulado de 10.145 refugiados reconhecidos, existiam 86.007 solicitações de reconhecimento em trâmite.

De acordo com os dados do relatório citado, às solicitações da condição de refúgio no ano de 2017 foram: Venezuela (17.865), Cuba (2.373), Haiti (2.362), Angola (2.036), China (1.462), Senegal (1.221), Síria (823), Nigéria (549), Bangladesh (523), República Democrática do Congo (364), Guiné Bissau (338), Guiné (277), Paquistão (267), Líbano (223) e outros (3.123).

Sobre os reconhecidos no ano de 2017, o CONARE obteve 587 refugiados reconhecidos, Síria (310), República Democrática do Congo: (106), Palestina (50), Paquistão (24), Egito (16), Iraque (8), Mali (7), Líbano (7), Camarões (6), Guiné (5) e outros (48).

As principais nacionalidades das solicitações em trâmite são: Venezuela (33%), Haiti (14%), Senegal (13%), Síria (7%), Angola (7%), Cuba (6%), Bangladesh (6%), Nigéria (4%), República Democrática do Congo (4%), Gana (3%) e China (3%).

O refugiado fica no aguardo até a resposta definitiva do CONARE, para saber se pode ou não permanecer no país, assim Manegoti e Ichikawa, p.328: “o prolongamento da própria expectativa gerada pela condição de solicitante de refúgio, durante um dezarrogado período de tempo, gera grande insegurança jurídica, além da eclosão de variados sentimentos negativos”.

Durante o período de aguardo o refugiado de acordo com Manegoti e Ichikawa, p. 333: “O solicitante de refúgio encontra-se em um limbo jurídico e social, em que não é efetivamente reconhecido a determinada sociedade nem pode ter como permanente determinado local de residência ou destino.”

O direito internacional dos Direitos Humanos surge após a 2º Guerra Mundial para garantir o mínimo de sobrevivência ao ser humano. Sendo assim todos nós possuímos este direito, assim é através dos direitos humanos que somos protegidos de violações.

Os direitos humanos são parte de continuação dos direitos naturais que existem de fato desde ou até antes da existência humana, atualmente a maior preocupação é de

garantir e reconhecer os direitos humanos, o qual foi documentado e internacionalizado através da Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948, de acordo com Lyra “o direito internacional dos Refugiados tem reflexo dos direitos da internacionalização dos Direitos Humanos”.

Segundo Souza,

“As populações das partes pobres arcam com o ônus das guerras - sempre brutas e invisíveis – ao mesmo tempo em que suportam o custo dos deslocamentos, com a chegada massiva de pessoas fugindo de outras guerras e perseguições. É quando uma parte insignificante deste fluxo parte em busca de paz, da segurança e dos direitos humanos prometidos pelas nações democráticas da parte mais rica do globo, eis então uma nova dimensão da crise e também uma nova dimensão da guerra: os refugiados são eles mesmos nomeados como crise a guerra é movida também contra eles, apenas e justamente porque ousaram fugir da miséria que lhes era reservada como destino” (SOUZA, 2018, p. 176).

Refugiados são as vítimas da mundialização do capital, vivenciam os reflexos das expressões do sistema econômico, social, geográfico e político de seus países são as vítimas do centro do poder.

3 | CAMINHOS PERCORRIDOS

Corpos negros em processo de saída do local de origem nos remete ao que foi o sequestro do continente africano de seres humanos para serem escravizados sem direito a memórias de antepassados, da sua própria cultura, língua, amores, família, bens e tantos outros deixados para trás.

O Brasil que mais tardou para libertar corpos negros do processo doloroso que foi o período escravocrata de três séculos e meio ainda hoje carrega resquícios nesta terra que escorreu sangue negro, ainda se tem uma parte da sociedade que nega ou reafirma a história racista que este país carrega.

Atualmente o país ainda reafirma essa violência com todos os corpos negros, seja natural ou não desta terra, a crise que refugiados negros fugiram os atingem aqui novamente, neste espaço eles são a própria crise são vistos como causadores de crise e tem o direito violado mais uma vez pelo racismo e pela xenofobia que atinge diretamente e por muitas vezes não é mais caso velado.

Refugiados negros se tornam muitas vezes apátridas, assim como aqueles arrancados do continente africano. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR apátridas são:

São pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países. A apatridia, às vezes, é considerada um problema invisível, porque as pessoas apátridas muitas

vezes permanecem invisíveis e desconhecidas. Elas podem não ser capazes de ir à escola, consultar um médico, conseguir um emprego, abrir uma conta bancária, comprar uma casa ou até se casar (ACNUR, BRASIL).

Com todas as colocações nos cabe refletir se o art. 5, inc. XV da Constituição Federal de 1988 o “direito de ir e vir” é realmente respeitado no território brasileiro. Para apátridas não há lugar de volta e nem de ida.

4 | CAMINHOS ENCONTRADOS

Com a dificuldade e demora no processo de reconhecimento do imigrante/refugiado estes acabam por terem dificuldades em locais para morar, de serem contratados para trabalhar, de terem acesso à assistência social.

Existe a barreira do idioma para se comunicarem visto que grande parte da sociedade brasileira não fala outro idioma para além da língua oficial, são questões que acabam por direcionar os recém-chegados à viver em locais insalubres, irregulares, de difícil acesso e perigosos para além de tudo não possuem rede de apego e cuidado.

Outras expressões da questão social se desencadearam no ambiente do trabalho, a questão da divisão sexual do trabalho é mais um exemplo, para as mulheres, se demanda trabalhos considerados mais tranquilos ou leves, para os homens os mais complexos e considerados pesados, assim o salário automaticamente é desigual e as mulheres seguem ganhando menos.

Sendo assim é traçado o caminho para mais uma expressão da questão social que anda junto com a divisão sexual do trabalho, a questão racial, o racismo do mercado de trabalho para com as mulheres negras a qual ainda hoje sobra o trabalho considerado pesado para mulher branca, da mesma forma que antepassadas, servir a mesa da casa de família branca e cuidar de seus filhos, esse racismo se reafirma para brasileiras e da mesma forma para imigrantes e refugiadas.

Muitos acabam por encontrar a “ajuda” caracterizada no trabalho escravo, onde trabalha muito de forma precária sem nenhum direito somente em troca de comida ou morada.

Sobre a existência do trabalho escravo, de acordo com o Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes, p. 12: “O trabalho escravo é a antítese do trabalho digno, e são particularmente vulneráveis a ele as pessoas menos protegidas, incluindo as mulheres e os jovens, os povos indígenas e os trabalhadores migrantes”.

De acordo com o primeiro seminário do ciclo de Diálogos no Centro de Estudos Migratórios (CEM) de 2017, 35% dos resgatados em ações contra trabalho escravo eram imigrantes. Em matéria do Brasil de Fato, ainda sobre o seminário sobre estudos migratórios:

...o setor que mais foi alvo das ações fiscais do MTE no estado de São Paulo neste mesmo período foi o de confecção e vestuário (36% das ações), seguido da construção civil (20%), agricultura (13%) comércio varejista de vestuário (8%) e produção florestal (8%). Juntos, apenas estes cinco setores respondem por 85% das ações de combate ao trabalho escravo em território paulista (MAGALHÃES; MACIEL, 2017).

O setor que mais apresentou ocorrências de trabalho análogo ao escravo foi:

...o do agronegócio (188 empresas e 2.583 trabalhadores nesta condição), seguido da construção civil (17 empresas e 196 trabalhadores), segundo a procuradora Tatiana Leal Bivar Simonetti, do Ministério Público de São Paulo (MPT/SP), que apresentou dados da Lista Suja do Trabalho Escravo (2017). Os dois setores são os que mais admitiram trabalhadores haitianos entre 2010 e 2014 em nosso país, se tomamos como referência a cadeia da agropecuária e seus abatedouros (MAGALHÃES; MACIEL, 2017).

Para os refugiados negros para além do trabalho escravo que nem sempre se reflete por falta de profissionalismo, mas pelo motivo da barreira do idioma, da demora em o parecer de refugiado sair o que dificulta a retirada de documentos, ainda existe para refugiados negros o racismo.

De acordo com a pesquisa “caminhos para o refúgio: inserção produtiva e social de refugiados no Brasil” de Leandro de Carvalho, pesquisa restrita à cidade de São Paulo com profissionais de recursos humanos, ao serem convidados a responderem à pergunta “Quais as características e comportamentos associavam aos profissionais vindos de outros países?”. As respostas foram as seguintes, em relação à capacidade física: 74,5 % dos entrevistados acreditam que os profissionais vindos de África são bons em força física e 9,8% dos entrevistados responderam que os profissionais da Europa são bons em força física.

Na pergunta acerca da capacidade de liderança, 10,5% dos entrevistados responderam que os profissionais vindos de África dominam melhor, já 49,3% responderam que os profissionais vindos da Europa possuem melhor capacidade de liderança.

Resultados como estes refletem bem a dificuldade do corpo negro e ainda refugiado para sobreviver de forma digna, quando se tem o direito violado constantemente pelo fato da cor da pele e da nacionalidade.

Refugiados brancos europeus também sofrem preconceito no Brasil, pela dificuldade do idioma, da saída do visto, mas podem passar despercebidos quando não se tem melanina, seja pela segurança pública onde não são alvos da abordagem policial violenta e que se tentarem emprego pelo menos serão considerados bons na capacidade de liderança, o que os livram do trabalho pesado que é alocado para aqueles de pele negra.

O mercado de trabalho brasileiro para negro refugiado não se confere escolaridade e qualificações e sim a cor da pele e de onde veio. Podemos dar uma volta à história brasileira que:

Com o fim do trabalho escravo e da proclamação da República, o monopólio do poder, o controle sobre o Estado e o domínio político passam a ser exercidos pelos grandes proprietários. Diante dos seus interesses econômicos e políticos, o índio, o negro e mesmo o branco nacional eram questões que a nascente burguesia remetia a último plano.

Isso porque as pretensões de redefinição social e cultural do trabalho conduziam-se no sentido de uma política de valorização do imigrante, num processo em que o negro ao entrar nas novas condições e relação de produção vê-se profundamente bloqueado pela ideia de trabalho assalariado associado a uma força de trabalho estrangeira e branca (MARTINS, 2012, p. 456).

Logo, o negro e o índio com o fim do trabalho escravo foram desconsiderados para o trabalho assalariado, por que precisava da capacidade de liderança e eles estavam aptos ainda ao olhar racista da burguesia para o trabalho pesado e consideravam os imigrantes brancos dominavam melhor o trabalho assalariado.

Hoje o refugiado, o negro refugiado e o negro brasileiro não se enquadram no mercado de trabalho assalariado a depender da função a ser exercida. O mercado de trabalho brasileiro e uma parte da sociedade desde suas origens é racista e hoje xenofóbica a depender do país de origem.

Para além do mito da democracia racial que uma parte da sociedade brasileira acredita ser verídica, poderemos completar para analisar o racismo brasileiro o “mito fundador” conceito usado por Marilena Chauí, o qual segundo Chauí

...esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva permanentemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente como tal (CHAUÍ, 2000, p. 5).

Com a fusão do passado e o Brasil atual na condição e ocupação do corpo negro, socialmente o racismo é como o mito fundador descrito por Marilena Chauí, p.5 “não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.”

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo ou quase todos os processos de saída de um país para o outro são consequências da mundialização do capital na vida de pessoas, o resultado de migração, imigração e refúgio é um processo violento que fere e deixa famílias inteiras sem caminho certo para trás e para frente. Desta forma Silvia Federici, em relação à Europa, mas que nos cabe aqui diz:

1 A expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e África das minas e plantações do “novo mundo” não foram os únicos meios pelos quais um proletariado mundial foi formado e “acumulado”. 2 Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e sujeição das mulheres para a reprodução da força do trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das bruxas. 3 A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e concentração de trabalhadores exploráveis de capital. Foi também uma acumulação de diferentes e divisões dentro da classe trabalhadora, na qual as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. 4 Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com liberação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, ou ver a chegada do

capitalismo como um momento de progresso histórico. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas divisões impostas – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta (FEDERICI, 2004, p. 112 e 113).

A crise econômica, política, social e até mesmo geográfica são os pilares de sustentação do capitalismo. O direito de ir e vir tornou-se uma barreira gigante para seres humanos que só buscam exercer direitos para continuarem vivos, de acordo com as palavras de Sassen:

Nossa língua deve reconhecer que os 52 milhões de pessoas identificadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) como “pessoas deslocadas” quase nunca voltam para casa, porque suas “casas” foram substituídas por um novo prédio de luxo, uma plantação, um zona de guerra. Tanto os desempregados de longa duração como os deslocados de longa duração foram, de fato, expulsos da sociedade (SASSEN, 2014 p. 1).

Para além das questões postas, este sistema se alimenta de suas próprias crises, a qual gera o “exército industrial de reserva” é necessária a existência da pilha de currículos de trabalhadores sem trabalho para que seja sustentado salários precários e explorações, que se desenvolvem como:

Um exemplo de uma simples expulsão seriam os empregos insalubres e de baixa remuneração que fazem parte da logística complexa da terceirização. Essas formas complexas de conhecimento produzem grandes expulsões, como quando se constrói uma enorme represa que enterra aldeias e fazendas inteiras, tornando visível seu lado destrutivo (SASSEN, 2014 p. 2).

Como saída à crise, o neoliberalismo agrava a situação das pessoas menos favorecidas é um fator econômico com um interesse concentrador e também desumano, na qual a mercadoria passou a ser a prioridade da vida que interferiu na organização social e política.

O consumo desenfreado que as pessoas vão atrás pelo status social que esse faz do objetivo dos indivíduos a competitividade, o individualismo. O sistema capitalista acredita que com o egocentrismo faz as coisas crescerem e não ter um fim, de acordo com David Harvey: “... o credo dos liberais e neoliberais – não produz uma situação harmoniosa em que a condição de todos é melhor. Produz em vez disso níveis ainda mais elevados de desigualdade social.”

A barreira do racismo e da xenofobia sempre foram presentes para corpos negros, não importa o espaço e a localização social estes vão seguir os caminhos com o pré (conceito) da cor de pele.

No Brasil as políticas trabalhistas e a sociedade permitem essa abertura de violência com o outro, se tornou institucional para quem nasceu aqui em terras brasileiras e se estende para quem aqui chegar. Permanecer vivo para corpos negros e com a garantia dos direitos humanos é uma barreira que ainda está por ser quebrada.

REFERÊNCIAS

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes: Secretaria de Direitos Humanos – SDH** - Brasília, 2013. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Manual-Trabalho-Escravo-Imigrantes.pdf>> Acesso em: 29 de out. de 2018.

CHAUI, M. **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

DE CARVALHO, Leandro. **Caminhos para o refúgio. Inserção produtiva e social de refugiados no Brasil**. Disponível em: <<http://migramundo.com/wp-content/uploads/2018/06/CAMINHO-PARA-O-REF%C3%9AGIO.pdf>> Acesso em: 29 de out. de 2018.

Fernanda de Magalhães Dias Frinhani, Rachel de Oliveira Lopes, Jubilut, Liliansa Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro** / Liliansa Lyra Jubilut. - São Paulo: Método, 2007.

FEDERICI, Silvia. A acumulação de trabalho e a degradação das mulheres (Capítulo II), In: **O Calibã e as Bruxas**. (Tradução Coletivo Sycorax). São Paulo: Elefante Editora, 2017, p. 108-235.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Edições Loyola, SP, 2004, Capítulo 4 e Pós-fácio, p. 115-148; 171-188.

JUBILUT, Liliansa Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro** / Liliansa Lyra Jubilut. - São Paulo: Método, 2007.

Redução significativas no número de apátridas. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/>> Acesso em: 29 de out. de 2018.

MAGALHÃES, Luís; MACIEL, Lidiane. Análise | **35% dos resgatados em ações de combate ao trabalho escravo são imigrantes. Brasil de Fato uma visão popular do Brasil e do mundo**, São Paulo, 29 de março de 2017. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/03/29/analise-or-35-dos-resgatados-em-acoes-de-combate-ao-trabalho-escravo-sao-imigrantes/?utm_source=bdf&utm_medium=referral&utm_campaign=facebook_share. Acesso em: 31 de out. de 2018.

MANENGOTI, Daniela; ICHIKAWA, Rodrigo. A morosidade do processo de refúgio como entrave à efetiva proteção da dignidade e personalidade dos refugiados. In: ANNONI, Danielle. **Direito internacional dos refugiados e o Brasil**. Curitiba: Gedai Publicações, 2018.

MARTINS, Tereza. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012

Migrantes forçados: conceitos e contextos / Liliansa Lyra Jubilut, Fernanda de Magalhães Dias Frinhani, Rachel de Oliveira Lopes, organizadoras. – Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2018

PEREIRA, P.A.P. **Perspectivas teóricas sobre a Questão Social no Serviço Social**. In: Temporalis 7. Ano IV. Porto Alegre: ABEPSS, Jan-Jun 2004, p. 112-122.

SASKEN, Sassia. **Ensaio e palestra para a série Descartável Vida são baseados no último livro, Expulsions: Brutality and Complexity na Global Economy** (Harvard University Press/Belknap, 2014).

Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça. **Refúgio em números: 3ª Edição**, 2017. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf> Acesso em: 30 de out. de 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 91, 94, 97, 98, 104, 111, 113, 115

Acumulação 1, 2, 3, 4, 6, 22, 30, 58, 59, 60, 108, 109, 116, 123, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Adolescentes 64, 113, 115, 181, 187

Assistência Social 7, 15, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 80, 82, 83, 96, 107, 110, 113, 114, 115, 117, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 158, 159, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 193, 197, 198, 200

B

Benefício 48, 49, 82, 90, 164, 166, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

Bolsa Família 72, 73, 80, 81, 82, 158, 159, 164, 165, 168, 169, 182, 183

C

Capitalismo 1, 2, 4, 6, 7, 23, 32, 50, 59, 75, 76, 77, 109, 121, 123, 159, 166, 169, 177, 192

Capitalista 2, 3, 5, 6, 13, 21, 22, 23, 26, 30, 31, 32, 38, 47, 53, 58, 59, 82, 93, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 121, 123, 126, 160, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 192, 193

Conselho 12, 18, 33, 38, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 99, 136, 138, 141, 143, 146, 173, 192, 193, 199

Controle Social 8, 9, 11, 12, 15, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 136, 137, 142, 145, 147, 163, 165

D

Deficiência 64, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Desigualdade Social 7, 14, 43, 59, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 120, 166, 175

Direito 4, 7, 8, 13, 17, 39, 44, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 75, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 94, 102, 105, 113, 114, 125, 138, 148, 154, 156, 160, 161, 163, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 191, 194

Direitos 3, 7, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 37, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 121, 122, 132, 137, 140, 142, 144, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 200

E

Educação 8, 11, 13, 16, 18, 36, 42, 43, 80, 81, 82, 85, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 105, 117, 122, 164, 166, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Estado 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 25, 26, 30, 31, 32, 41, 42, 50, 57, 63, 64, 68, 69, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 107, 108, 110, 111, 118, 121, 125, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 147, 159, 160, 161, 163, 167, 168, 169, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 193, 194, 197, 198

Estigma 43, 46, 128, 129, 130, 132, 134, 135

Europa 1, 2, 4, 57, 58, 76, 85, 87, 89, 90, 108, 109

J

Jornal 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

L

Lixo 9, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

M

Mulher 56, 58, 113, 114, 115, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149

N

Negra 57, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Negro 42, 52, 55, 57, 58, 60, 122, 123, 124, 127, 129, 133

O

Objetificação 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Organizações da Sociedade Civil 67, 136, 137, 138, 145, 146

P

Participação 11, 15, 16, 28, 38, 50, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 80, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 150, 160, 161, 163, 176, 180, 185, 187

Periferia 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Pessoa com Deficiência 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 194

Planejamento 14, 17, 78, 82, 83, 100, 136, 140, 141, 142, 143, 145, 146

Política Social 28, 39, 64, 83, 136, 158, 160, 163, 165, 168, 169, 192, 198, 200

Políticas Públicas 9, 14, 15, 18, 23, 30, 32, 38, 39, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 80, 107, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 138, 141, 143, 145, 147, 176, 197, 200

Políticas Sociais 15, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 104, 112, 117, 118, 120, 138, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 178, 181, 192, 200

População 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 21, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 47, 64, 65, 69, 70, 74, 77, 79, 80, 81, 96, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 132, 133, 142, 143, 145, 149, 163, 165, 168, 173, 174, 175, 176, 194

Popular 22, 27, 28, 29, 32, 38, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 88, 160, 163

Previdência Social 63, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 163, 164, 178, 179, 180, 181, 200

Q

Questão Agrária 1, 2, 6

Questão Social 2, 6, 26, 52, 56, 60, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 91, 93, 95, 96, 104, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 141, 142, 158, 159, 160, 161, 163, 167, 177, 192, 193

Questão Urbana 19, 20, 21, 22, 27, 30, 31, 109

R

Racismo 52, 55, 56, 57, 58, 59, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132

Refugiados 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Refúgio 52, 54, 57, 58, 60, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 105

Rua 24, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 173

S

Saneamento 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 148, 151

Seguridade Social 63, 64, 65, 77, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 169, 178, 179, 181, 200

Serviço Social 6, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 28, 39, 43, 51, 60, 70, 71, 84, 94, 95, 107, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 127, 128, 136, 145, 146, 150, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 189, 190, 195, 200

Sexualização 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Sociedade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 13, 16, 21, 22, 23, 30, 31, 47, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 75, 82, 91, 92, 93, 108, 109, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 150, 157, 159, 160, 162, 163, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 198

T

Trabalho 1, 2, 3, 5, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 69, 74, 75, 76, 79, 84, 89, 93, 94, 95, 96, 100, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 195, 197

U

Universidade 1, 17, 19, 28, 38, 39, 51, 52, 62, 84, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 118, 120, 128, 148, 153, 156, 158, 177, 178, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020